

# *A GEOPOÉTICA DAS ÁGUAS N'A CIDADE E AS SERRAS, DE EÇA DE QUEIRÓS*

*The geopoetics of waters in A cidade e as serras, by Eça de Queirós*

*La geopoética de las aguas en A cidade e as serras, de Eça de Queirós*

Marco Aurélio Pereira Mello<sup>1</sup>

**Resumo:** Especificamente, esta pesquisa<sup>2</sup> detém-se no elemento água presente no romance *A cidade e as serras* (1901), de Eça de Queirós (1845 – 1900), seja como matéria de consumo, seja como matéria de apreciação por sentidos como a visão e a audição. Objetiva-se, portanto, explorar a experiência do sujeito com esse elemento, experiência esta que denomino de geopoética das águas, já que, para sua compreensão, valho-me da literatura e da geografia humanista. Trata-se de interdisciplinaridade ainda pouco explorada na obra de Eça de Queirós, mas bastante profícua, especialmente aplicada em um romance cujos lugares e paisagens se sobrepõem em diversas passagens da narrativa. Essa visada geopoética também expõe o predicado atemporal da obra eciana, já que a questão ambiental que a permeia nunca exigiu tamanha reflexão e consciência como na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** A cidade e as serras. Águas. Geoliteratura.

**Abstract:** Specifically, this research focuses on the water element present in the novel *A cidade e as serras* (1901), by Eça de Queirós (1845 – 1900), either as a matter of consumption or as a matter of appreciation for senses such as vision and the hearing. The objective is, therefore, to explore the subject's experience with this element, an experience that I call geopoetics of waters, since, for its understanding, I make use of literature and humanist geography. It is an interdisciplinarity that is still little explored in the work of Eça de Queirós, but it is very fruitful, especially applied in a novel whose places and landscapes overlap in several passages of the narrative. This geopoetic view also exposes the timeless predicate of the Ecan work, since the environmental issue that permeates it never demanded such reflection and awareness as in contemporary times.

**Keywords:** A cidade e as serras. waters. Geoliterature.

**Resumen:** En concreto, esta investigación se centra en el elemento agua presente en la novela *A cidade e as serras* (1901), de Eça de Queirós (1845 – 1900), ya sea como una cuestión de consumo o como una cuestión de apreciación de los sentidos como la visión y el oído. El objetivo es, por tanto, explorar la experiencia del sujeto con este elemento, experiencia que denomino geopoética de las aguas, ya que, para su comprensión, me sirvo de la literatura y la geografía humanista. Es una interdisciplinarietà aún poco explorada en la obra de Eça de Queirós, pero muy fructífera, especialmente aplicada en una novela cuyos lugares y paisajes se superponen en varios pasajes de

<sup>1</sup> Doutorando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Revisor de textos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3352-003X>. E-mail de contato: [melloperceiramarco@gmail.com](mailto:melloperceiramarco@gmail.com).

<sup>2</sup> Este trabalho é parte de dissertação desenvolvida pelo autor no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

la narración. Esta mirada geopoética también expone el predicado atemporal de la obra de Eça, ya que la cuestión ambiental que la impregna nunca exigió tanta reflexión y conciencia como en la época contemporánea.

**Palabras clave:** A cidade e as serras. Aguas. Geoliteratura.

Compreendida como obra semipóstuma, *A cidade e as serras* (1901), de Eça de Queirós (1845-1900), não usufrui do mesmo prestígio das obras predominantemente realista-naturalistas do escritor português, especialmente *Os Maias* (1888) e *O crime do padre Amaro* (1875). Há, aliás, juízo de que não deveria ter sido publicada (MÓNICA, 2001). A leitura aqui proposta, na contramão de uma crítica que confere menor valor a esse romance, busca ressaltar-lhe a qualidade ao revelar um Eça que usufrui de um olhar geográfico para compor sua obra literária e mesmo aquela não ficcional, como é o caso de *O Egito* (1926). Já em 1945, Luís Schwalbach apontara esse predicado no Eça escritor e no Eça jornalista. A carreira diplomática, que lhe permitiu uma experiência de lugares e paisagens pouco comum para um homem de seu tempo, sem dúvida, contribuiu para esse olhar geográfico que Schwalbach destaca. Na esteira da leitura geoliterária proposta pelo crítico, tratarei de questão ainda não contemplada na leitura crítica de *A cidade e as serras*, embora, como ficará demonstrado, esteja relacionada diretamente a já bastante explorada oposição campo-cidade. Refiro-me à presença das águas nas paisagens e nos lugares n’*A cidade e as serras*. Neste trabalho, adotam-se os conceitos de paisagem e lugar com base na geografia humanista e, no caso da paisagem em específico, também com base nos escritos de Michel Collot. Desse modo, compreende-se a paisagem como uma tríade formada pelo sujeito, por aquilo que é percebido pelos seus sentidos e pela linguagem por ele adotada. Assim, a paisagem não existe antes do sujeito, mas é construída por ele a partir de sua perspectiva. Por isso, Besse (2014, p. 13) argumenta que “a paisagem fala-nos dos homens, dos seus olhares e dos seus valores, e não propriamente do mundo exterior. Na realidade, só haveria paisagens interiores, mesmo se essa interioridade se traduz e se inscreve ‘no exterior’, no mundo”. Portanto, a paisagem é uma construção pautada tanto na objetividade quanto na subjetividade, e a linguagem empregada pelo sujeito que a concebe corresponde aos sentimentos que a paisagem lhe suscita. Guerra da Cal (1981), em sua obra *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, expõe como o autor de *Os Maias* se vale de estilo que corrobora o sentimento pretendido pela narrativa.

Já o lugar diz respeito à relação afetiva que o sujeito estabelece com o espaço, que, nesse caso, ascende à condição de lugar. Desse modo, lugar e espaço são distintos sob a perspectiva da geografia humanista. O espaço existe independente do sujeito, pois não demanda uma relação com ele; o lugar, por sua vez, só existe quando o sentido lhe confere significado. Em sua obra *Espaço e*

*lugar: a perspectiva da experiência*, para ilustrar o significado de lugar, Tuan (2013) toma como exemplo relatos dos físicos Niels Bohr e Werner Heisenberg acerca da visita que ambos fizeram ao castelo de Kronberg, na Dinamarca. A impressão de Bohr e Heisenberg é influenciada pela personagem Hamlet, de William Shakespeare, a qual, segundo a trama do escritor inglês, vivera no citado castelo. Embora se trate de um texto ficcional, a força e a perenidade da personagem instigam os físicos a imaginarem sua presença naquele castelo em tempo pretérito. Com isso, a visão que Bohr e Heisenberg conferem ao castelo ganha contornos especiais, de modo que cada área visitada no âmbito da edificação, assim como cada parede dela, remete a possíveis cenas de Hamlet. Por conseguinte, sob a perspectiva de Bohr e Heisenberg, tais espaços se transformam em lugares, visto que imbuídos de significados.

Na narrativa, fica claro que água se constitui como elemento essencial tanto no aspecto biológico, já que supre uma necessidade básica do sujeito, quanto no aspecto psicológico, já que a visão que o personagem tem das águas, seja em um rio, seja em um regato, proporciona-lhe contentamento e boa disposição física e mental.

N’*A cidade e as serras*, o protagonista Jacinto, descendente de portugueses que viveram em Tormes, nascera em Paris, e na capital francesa vivera até os seus trinta e três anos. A notícia de que um temporal destruíra a histórica capela onde jaziam os restos mortais de seus avós provocou-lhe uma comoção inusitada e, por conseguinte, um sentimento de afeto – até então refutado – pelo solo onde nasceram e viveram seus ascendentes. Essa notícia, aliás, é a motivação para Jacinto viajar pela primeira vez a Portugal com vistas a acompanhar pessoalmente as obras que reconstituirão a dignidade da antiga propriedade dos Jacintos. Sua chegada a Tormes estabelece a dialética espacial que fundamenta o romance.

A qualidade de vida adquirida na serra portuguesa, indubitavelmente, determina sua escolha por Portugal em detrimento de Paris. Entre os elementos que o influenciam a tanto, estão particularmente os lugares e as paisagens serranas. A compõem esses elementos geográficos, destaco as águas de Tormes, as quais corroboram o processo dialético espacial, ou seja, ratificam a antítese entre o espaço rural português e a Paris finissecular.

Em Tormes, a água é praticamente onipresente na paisagem, e a sua simples disposição ao olhar proporcionará benefícios a um Jacinto até então consumido pela urbanidade de Paris.

Ao passo que Paris, mesmo com todo o aparato advindo da modernidade, revela-se carente de uma água propícia ao consumo, Tormes oferece a Jacinto uma água salutar, que contribuirá sobremaneira com a restituição de seu ânimo e com o estabelecimento de seu vínculo afetivo com aquele lugar. Assim, a experiência que o personagem estabelecerá com esse elemento

também contribuirá para que reconheçamos o que há de positivo ou negativo nas paisagens e nos lugares.

Bruni (1993), na construção de seu texto *A água e a vida*, parte da sentença “tudo é água”, atribuída ao filósofo grego do século VI a.C. Tales de Mileto. O pesquisador confessa que, quando tomou conhecimento da sentença de Tales, não lhe conferiu o devido sentido por considerá-la demasiado abrangente. No entanto, a assertiva não lhe fugiu da memória, o que o levou a, mais do que questioná-la, sobre ela refletir. Por conseguinte, a água passou a figurar-lhe como elemento essencial sob diferentes perspectivas, entre elas a de que a água é o elemento com o qual higienizamos os alimentos, bem como com o qual esses mesmos alimentos são cultivados. É também a água que higieniza o corpo e os espaços; é ainda o elemento largamente utilizado na produção industrial.

Dado esse caráter de imprescindibilidade, Bruni (1993, p. 56) pontua que as primeiras grandes civilizações se formaram onde havia água doce em abundância. Como exemplo de espaços que vieram a ser ocupados pelas águas, o pesquisador enumera o “vale do Nilo no Egito, vale do Tigre-Eufrates na Mesopotâmia, vale do Indo no Paquistão, vale do rio Amarelo na China”. Bruni frisa que “Todas essas civilizações construíram grandes sistemas de irrigação, tornaram o solo produtivo e prosperaram. Essas civilizações desmoronaram quando o abastecimento de água se extinguiu ou foi mal aproveitado”. (BRUNI, 1993, p. 56).

Em sua viagem ao Egito, que abrangeu o período de 23 de outubro de 1869 a 3 de janeiro de 1870, Eça de Queirós testemunhou e registrou a influência do rio Nilo na vida do povo egípcio. Embora a razão de sua viagem tenha sido a inauguração do Canal de Suez, infere-se que tal evento tornou-se de importância secundária para o escritor, tanto pelo que descreve sobre o Nilo quanto pela atenção que dedica às cidades do Cairo e de Jerusalém. Elgebally (2020), para corroborar esse secundarismo nos escritos de Eça, transcreve parte da carta do escritor endereçada a Eduardo Coelho, redator do jornal *Diário de Notícias de Lisboa*. Em sua carta, Eça indica que o Cairo e Jerusalém ganharão destaque em sua narrativa, pois essas cidades lhe causaram “luminosas e poderosas impressões”. Interessa-me aqui, contudo, não a avaliação do autor sobre essas cidades, mas sobre o rio Nilo, que passa pelo Cairo. É bastante evidente o quanto o Nilo impressiona o autor, que, obviamente, reconhece a imprescindibilidade de suas águas para aquela região. Por isso, frisa que o rio influencia tanto a vida agrícola quanto a vida social no Egito. O Nilo “Tem instituições, legislações, festas, preces, guardas, pregões. As estações regulam-se por ele [...]. Ele, na sua beatitude, cresce serenamente, igualmente, sem injustiça, nem cólera”. (QUEIRÓS, 20-?, não paginado).

Esse aspecto sagrado conferido às águas interessa-me sobremaneira, pois vai ao encontro do que Arias e Marandola Jr. (2018) denominam como narrações hidropoéticas, as quais implicam a relação “água-lugar-experiência”. Trata-se de alternativa ao pensamento que reduz a água a mero item de consumo e que, por conseguinte, escamoteia seu sentido simbólico.

A compreensão materialista da água começou a se sobrepôr, em detrimento de seu aspecto mítico, especialmente no final do século XIX, nas grandes cidades, quando a exploração comercial do líquido se expandiu. Nesse contexto, a água mineral passa a ser engarrafada e comercializada em larga escala. Por conseguinte, seu caráter simbólico é gradativamente reduzido. Por isso, Bruni (1993) reconhece que existem duas naturezas da água. A primeira delas, chamada de natureza externa, corresponde à materialidade da água, ou seja, aos seus aspectos químicos, biológicos e econômicos. Já a segunda natureza, que Bruni (1993) denomina de interna, corresponde ao aspecto mítico da água, o qual, como já exposto, teve seu papel gradativamente reduzido à medida que a água passou a ser compreendida como matéria de exploração comercial.

Ao abordar sua natureza interior, Bruni (1993, p. 57) frisa sua importância “nas mais variadas culturas humanas, nas religiões, nas cosmogonias, nos mitos, nas artes, nas literaturas, e na própria filosofia”. Não por acaso, a presença da água, especialmente em sua natureza interna, permeia o Antigo e o Novo Testamento. O mergulho nas águas, segundo a cultura cristã, simboliza o renascimento. Um novo homem surge, liberto de seus pecados e apto a uma vida condizente com a premissa cristã. Assim, a água é fonte da vida também por meio da purificação e da regeneração. (BRUNI, 1993). Além disso, sua própria imagem na paisagem ou mesmo o seu som produzido durante seu percurso entre as pedras de um regato agem aos olhos e aos ouvidos do homem como força terapêutica, capaz de acalmar-lhe o ânimo.

Segundo Piñeyro (2006), a antropologia, historicamente, compreendeu de forma apartada a mitologia e o pragmatismo envolto no elemento água. Assim, estudos sobre os aspectos religiosos ligados à água não consideravam, por conseguinte, sua propriedade nutricional, nem sua força irrigadora com vistas a uma boa colheita; por outro lado, se atentos ao destino de consumo, ignoravam seus aspectos míticos. Recentemente, como aponta Piñeyro (2006), essa visada cedeu lugar, no âmbito da antropologia, à compreensão de que os aspectos mitológicos e pragmáticos podem ser analisados de forma sobreposta. Desse modo, a mitologia, antes ignorada em muitos estudos, passa a ser reconhecida como relevante ao uso efetivo da água. Para tanto, os antropólogos identificaram que os ritos dirigidos à água ou aos deuses responsáveis por ela implicam respeito a esse elemento, de modo que, onde há uma compreensão mítica ou religiosa da água, há também qualidade e abundância desta. Por isso, Piñeyro (2006, p. 6) afirma que “en la recuperación de las

identidades culturales, los mitos incluidos, descansa una posibilidad de revertir o desacelerar el proceso de destrucción planetaria”<sup>3</sup>.

Segundo a pesquisadora, a perda dessa identidade cultural é uma das consequências da modernidade, que leva o homem a uma concepção limitada da origem da água que abastece sua casa, hidrata-o e o higieniza. Suas atividades envolvendo esse elemento são, portanto, desprovidas de reflexão. Por isso, Piñeyro (2006) pontua que “Difícilmente una persona que viva en la ciudad pueda ligar espontáneamente el concepto de agua al de río, lluvia, rocío o de agua subterránea. La imagen más cercana en su concepción del agua se parece a un grifo”<sup>4</sup>. Trata-se de um processo de aculturação na esteira de preocupações que têm como escopo a produtividade e a acumulação de bens.

A narrativa hidropoética se coaduna com a compreensão mítica da água, abarcada pela geografia humanista, como nos revela Arias e Marandola Jr. (2018). No romance *A cidade e as serras*, sob uma perspectiva geoliterária, identificamos a água tanto em sua natureza externa quanto em sua natureza interna.

Um estudo da paisagem e do lugar na obra literária envolve invariavelmente a relação do homem com a terra, e por isso é compreensível que aquilo que a terra oferece ao homem esteja incluso nessa relação. Assim, natural se revela conferir atenção ao mais vital dos alimentos: a água.

Em seu texto *A sociedade e os climas*<sup>5</sup>, ao fazer um contraponto entre, de um lado, o homem de Londres ou de Paris, e, de outro lado, o homem da Índia ou da Síria, Eça cita que o primeiro recorre a meios artificiais para alcançar o mínimo de bem-estar, ao passo que o segundo dispõe de meios oferecidos pela natureza do local onde habita. Assim, na realidade do hindu e do árabe, o autor cita “um pouco de arroz e milho colhidos sem esforço, os frutos de cada árvore, a água límpida da fonte comum”, elementos que são “o banquete que Deus cada dia lhe oferece”. (QUEIRÓS, 20-?, não paginado).

Vê-se, portanto, a estima pela água em sua origem, pois nela o homem encontrará qualidades com as quais as águas das grandes cidades europeias não contam.

Além de estabelecer o contraponto espacial por meio dos alimentos, a água, substância essencial à vida, se revela fundamental na oposição construída no percurso narrativo, e a qualidade desse líquido, se positiva, será favorável ao elo que o sujeito estabelecerá com o lugar.

---

<sup>3</sup> Na recuperação das identidades culturais, inclusive dos mitos, reside a possibilidade de reverter ou retardar o processo de destruição planetária. (Tradução minha).

<sup>4</sup> Difícilmente uma pessoa que mora na cidade ligará espontaneamente o conceito de água ao de rio, chuva, orvalho ou lençol freático. A imagem mais próxima na sua concepção de água assemelha-se a uma torneira. (Tradução minha).

<sup>5</sup> Texto que compõe a obra póstuma *Cartas familiares e bilhetes de Paris*, compilada por Luís de Magalhães e publicada em 1907. A obra reúne textos não ficcionais produzidos entre 1893 e 1897, anos em que Eça se encontrava em Paris, na condição de cônsul.

Bachelard (1998), ao discorrer sobre o poder regenerador da água, confere ênfase ao seu predicado de frescor, cujo significado não se limita à agradável sensação de que goza o corpo. Assim, o filósofo destaca que o frescor da água incita grande variedade de metáforas, as quais por vezes se revelam distantes do significado primeiro dessa substância. Entre tais metáforas, destaco “fresca paisagem”, “fresco quadro”, “página literária cheia de frescor” (p. 151). Embora cada qual com um contorno semântico próprio, tais expressões guardam, em comum, a ideia de viço, a qual se encontra no significado primitivo da água. Essa vivacidade remete tanto ao vigor quanto à capacidade de descortinar, por meio da água, um olhar renovado, propício, pois, à compreensão poética das paisagens. Por isso, Bachelard frisa que

A água fresca restitui as chamas ao olhar. Eis o princípio da inversão que vai explicar o verdadeiro frescor das contemplações da água. É o olhar que se refresca. A impressão de frescor proporcionada pelo mundo visível é uma expressão de frescor que o homem desperto projeta sobre as coisas. (BACHELARD, 1998, p. 152).

Nesse ponto, a filosofia poética de Bachelard converge para a compreensão de Michel Collot no que diz respeito às paisagens interiores, ou seja, também para Bachelard a paisagem é construída a partir do olhar.

Assim, Bachelard (1998, p. 152) pontua que “A frescura de uma paisagem é uma maneira de olhá-la”. Contudo, o filósofo adverte que o olhar, por si só, não basta para atribuir tal predicado à paisagem, pois “É preciso, não há dúvida, que a paisagem ponha aí algo de si, que tenha um pouco de verdura e um pouco de água”. Collot (2013), conquanto enfatize o caráter interior das paisagens, não lhes dispensa as qualidades exteriores, já que frisa a necessidade de harmonia entre os elementos interiores e exteriores envoltos na confecção da paisagem. Por isso, como já referido, a paisagem, segundo Collot (2013), é tanto objetiva quanto subjetiva.

Além dessa convergência aqui apontada, Bachelard (1998, p. 152) também confere valor ao estilo adotado pelo escritor literário na apresentação da paisagem, pois dispõe que “o frescor de um estilo é a mais difícil das qualidades; depende do escritor, e não do assunto tratado”.

Na capital francesa, Jacinto dispunha de todo conforto com o qual um burguês parisiense poderia contar; entretanto, carecia de encontrar qualidade no mais básico dos alimentos, qual seja a água. Para contornar tal dificuldade, recorre a técnicas que a ciência de então lhe proporcionava. Assim, Zé Fernandes constata que, no apartamento 202,

Todo um aparador [...] vergava sob o luxo redundante, quase assustador de águas – águas oxigenadas, águas carbonatadas, águas fosfatadas, águas esterilizadas,

águas de sais, outras ainda, em garrafas bojudas, com tratados terapêuticos impressos em rótulos. (QUEIRÓS, 2006, p. 25).

Surpreso com a profusão do líquido, Zé Fernandes deduz que Jacinto o consuma à sobeja. Contudo, sua hipótese é de pronto refutada por um Jacinto melancólico, conforme o olhar denunciara:

- Santíssimo nome de Deus, Jacinto!  
Então és ainda o mesmo bebedor de água, hem?... Um aquático! [...]  
Ele derramou, por sobre toda aquela garrafaria encapuçada em metal, um olhar desconhecido:  
- Não... É por causa das águas da cidade, contaminadas, atulhadas de micróbios...  
Mas ainda não encontrei uma boa água que me convenha, que me satisfaça... Até sofro sede. (QUEIRÓS, 2006, p. 25).

Jacinto revela que toda aquela reserva de água quimicamente modificada se presta a evitar o consumo das águas convencionalmente oferecidas pela cidade, as quais, segundo ele, são “contaminadas, atulhadas de micróbios...”. Essa avaliação, portanto, participa-nos, por inferência, que muitos cidadãos, provavelmente, não gozavam de boa saúde em razão de as águas que lhes são fornecidas não disporem das condições mínimas de salubridade. N’*A cidade e as serras*, o elemento água se revela deveras pertinente no estabelecimento do contraponto entre Paris e Tormes, pois tal elemento ganha ênfase em ambos os lugares. No primeiro, como já exposto, em seu aspecto negativo, carente da qualidade necessária para ser um elemento que confira vida ao homem. No segundo lugar, como será exposto, a água, em comunhão com outros elementos da natureza, revigora Jacinto, proporcionando-lhe o frescor da vida que lhe faltava em Paris. Nesse sentido, cabe frisar que essa água pode ser compreendida como salutar. Bachelard (1998), em seu *Ensaio sobre a imaginação da matéria*, frisa que o homem tende a reconhecer na água um elemento de cura, e destaca a abundância de trabalhos, no século XVIII, acerca das qualidades medicinais das águas minerais e das águas térmicas.

Os significados contidos na água não só n’*A cidade e as serras*, mas também em outros textos queirosianos, como *Os Maias*, denotam que a confiança no poder salutar do líquido alcança o século XIX. A boa saúde de Afonso da Maia, por exemplo, tem como origem as águas de Santa Olávia, como expõe o narrador d’*Os Maias*:

Todavia, Afonso ainda ia longe, como ele dizia, de ser um velho borracheiro. Naquela idade, de verão ou de inverno, ao romper do sol, estava a pé, saindo logo para a quinta, depois da sua boa oração da manhã que era um grande mergulho na água fria. Sempre tivera o amor supersticioso da água; e costumava dizer que nada havia melhor para o homem – que sabor de água, som de água, e

vista de água. O que o prendera mais a Santa Olávia fora a sua grande riqueza de águas vivas, nascentes, repuxos, tranquilo espelhar de águas paradas, fresco murmúrio de águas regantes... E a esta viva tonificação da água atribuía ele o ter vindo assim, desde o começo do século, sem uma dor e sem uma doença [...]. (QUEIRÓS, 2014, p. 12-13).

Essa qualidade benfazeja da água de Santa Olávia é reconhecida sob um aspecto psicológico, e não necessariamente químico, em confluência, portanto, com estudos que vigoravam no século XVIII. Por isso, a essa relação que Afonso mantinha com as águas de Santa Olávia o narrador qualifica como “amor supersticioso” e ao mergulho matutino nas águas frias de Santa Olávia, “oração da manhã”.

As águas também beneficiarão os personagens que a avistam na paisagem. Trata-se do que Feuerbach (1988, p. 15) denominou de “banho d’água ótico”. Por isso, a casa da família Maia nos Olivais tem como um dos predicados justamente o fato de contar com uma “clara vista do Tejo”, de modo que Carlos àquele lugar se refere como “um pedaço do paraíso”. (QUEIRÓS, 2014, p. 325).

Ainda n’*Os Maias*, é a água que mitigará a debilidade física do senhor Monforte, mas não se trata de uma água que se consuma ou na qual se mergulhe em qualquer lugar. Essa água benfazeja é encontrada em sítios fora do domínio urbano. Por isso, na passagem a seguir, infere-se que as águas dos Pirineus justifiquem a escolha de Monforte pela cordilheira: “O excelente Monforte, que sofre de reumatismos articulares, achava-se tranquilamente, ricamente, tomando as águas dos Pirineus...” (QUEIRÓS, 2014, p. 25).

N’*A cidade e as serras*, a água é um elemento fundamental para o antagonismo espacial. Em Paris, Jacinto necessita recorrer a águas engarrafadas e tratadas quimicamente, o que lhes altera o sabor e, por conseguinte, não suscitam o desejo de serem consumidas, de modo que Jacinto, inclusive, tem sede. Já as águas que lhe chegam pelas torneiras estão “contaminadas, atulhadas de micróbios”. (QUEIRÓS, 2006, p. 25). A ausência de uma água de qualidade naquela Paris de Jacinto revela uma modernidade cujo progresso não parece ser favorável à qualidade de vida do ser humano.

Em Tormes, a água, como elemento que compõe o lugar e a paisagem, será essencial para o renascimento de Jacinto. Para tanto, mais do que consumir a água em sua fonte, Jacinto dela também se valerá por meio de outros sentidos, como a visão e a audição. Ludwig Feuebach, citado por Bruni (1993), já afirmara que “A água não é somente um meio físico de geração e alimentação [...]; é também um remédio muito eficaz tanto psíquico quanto ótico!” (FEUERBACH, 1988, p. 14-15). Por isso, além de saciar a sede de Jacinto, as águas de Tormes lhe embeveciam a alma, razão por que se detinha para admirar um regato: “Qualquer água corrente o retinha, enternecido naquela

serviçal atividade, que se apressa, cantando, para o torrão que tem sede, e nele se some, e se perde”. (QUEIRÓS, 2006, p. 140).

A visão da água de Tormes e, por conseguinte, o seu consumo representam, aliás, o primeiro elo exitoso de Jacinto com aquele lugar. Até debruçar-se no poial de uma das janelas do solar e avistar a paisagem que por ela se revelava, Jacinto se sentia desconsolado “pelo desaparecimento de toda a civilização”. (QUEIRÓS, 2006, p. 109). Toda a sua bagagem, que contava com mais de trinta caixotes, se desviara do destino final da viagem. Seu ânimo, no entanto, tem um princípio de ascensão quando nota a paisagem pela janela onde se debruçara, de modo que, “depois de um silêncio grave, murmurou, com a face encostada à mão: – É uma lindeza... E que paz!” (QUEIRÓS, 2006, p. 109). Jacinto avistara uma horta, um laranjal e uma fonte rústica. Essa água o levará a se contrapor ao Jacinto de Paris, o qual, ainda que com sede, resistia a beber as águas engarrafadas com as quais contava no 202. O Jacinto em Tormes, quase que instintivamente, declara a seu amigo Zé Fernandes: “– Estou com apetite desesperado daquela água! [...] O meu Príncipe bebeu da água nevada e luzidia da fonte, regaladamente, com beiços na bica”. (QUEIRÓS, 2006, p. 109-110). Não só o consumo daquela água, mas especialmente a forma rústica de consumi-la, levando os beiços à bica, revelam um Jacinto a principiar uma relação de integração com Tormes.

Após retornar ao solar, o protagonista acompanha a transformação da paisagem com o gradativo anoitecer. Além da mudança de cor – os montes se enegrecem –, os sons se tornam mais discretos, ainda mais suscetíveis, pois, à paz que a paisagem exala. A água, que até então fora avistada e bebida, passa a ser delicadamente ouvida, e o seu som também colabora para o Jacinto que está a surgir. Assim,

os arvoredos emudecendo; cansados de sussurrar; [...] um toque sonolento de sino que rola pelas quebradas; o segregado cochichar das águas e das relvas escuras – eram para ele como iniciações. Daquela janela, aberta sobre as serras, entrevia uma outra vida, que não anda somente cheia do homem e do tumulto da sua obra. (QUEIRÓS, 2006, p. 111).

Seja a partir da janela do solar, seja em meio a suas caminhadas pela serra, a presença da água será uma constante e justificará a natureza daquelas paisagens, prodigiosas em proporcionar bem-estar ao personagem, que, ao identificar-se com o lugar de origem de sua família, busca “conhecer os nomes de todos os campos, as nascentes de água, e as delimitações da sua quinta”. (QUEIRÓS, 2006, p. 145).

Não obstante o vínculo exitoso que Jacinto estabelecera com as paisagens de Tormes, o espírito de homem moderno e afeito ao progresso ainda lhe dita ideias. Assim, idealiza uma queijaria nas terras de Tormes, “toda branca e reluzente, de azulejos e de mármore, para fabricar

os Camemberts, os Bries... os Coulommiers...” (QUEIRÓS, 2006, p. 137). Questionado sobre a pertinência dessa ideia, Zé Fernandes aponta o domínio de Jacinto sobre a natureza e enumera os elementos de que Jacinto dispõe: “Tu tens, em abundância, os quatro elementos: o ar, a água, a terra, e o dinheiro. Com estes quatro elementos, facilmente se faz uma grande lavoura. Quanto mais uma queijaria!” (QUEIRÓS, 2006, p. 137). O paralelismo dessa enumeração, no entanto, é irregular, pois, na mesma relação em que constam o ar, a água e a terra, consta o elemento dinheiro a fechar essa relação. Sua disposição, como último elemento da lista, indica seu domínio sobre os demais elementos. É por meio do dinheiro de que dispõe que Jacinto planeja fazer as alterações que julga necessárias na paisagem de Tormes. Por isso, para aquilo que, em princípio, se afigura como um obstáculo geográfico, de pronto Jacinto apresenta uma possível solução, que não ocorrerá sem que a paisagem natural seja alterada: “Aqueles rochas, além, empecendo? Que se arrancassem! Um vale importuno dividia dois campos? Que se atulhasse!” (QUEIRÓS, 2006, p. 138). A possível alteração da paisagem fica ainda mais evidente no passo em que Zé Fernandes afirma que as sonhadas obras “alterariam o antiquíssimo rosto da serra” (QUEIRÓS, 2006, p. 138), bem como quando, ao calcular o custo de produção de cada queijo, o narrador pontua que se deve considerar os “prados, e os encantamentos de água, e a configuração da serra alterada”. (QUEIRÓS, 2006, p. 137).

A ideia de construção da queijaria é precedida por outro plano de modificação da paisagem. Jacinto idealiza transformá-la em “um belo prado, um imenso prado, muito verde, muito farto” (QUEIRÓS, 2006, p. 136), e enchê-lo de “formosas vacas inglesas, bem nédias e bem luzidias” (QUEIRÓS, 2006, p. 137).

Questionado sobre a viabilidade de levar a efeito tal projeto, Zé Fernandes aponta como solução a mudança do curso das águas. “- [...] É fácil, não é verdade, Zé Fernandes? - Sim... Trazes a água para o prado. Águas não faltam na serra.” (QUEIRÓS, 2006, p. 136-137).

Os planos de Jacinto têm como escopo principalmente o lucro, já que, segundo ele, “o lucro é deleite moral do trabalho, o emprego fecundo do dia...” (QUEIRÓS, 2006, p. 137). Trata-se, portanto, de sua face cidadina a conviver momentaneamente com o Jacinto rural, sem, contudo, sobre este prevalecer. Assim, seus planos não iam além “das gostosas palestras” ou dos papéis “que se amontoavam sobre a mesa, platônicos, imóveis”. (QUEIRÓS, 2006, p. 144).

Zé Fernandes, ao constatar que o Jacinto bucólico dominara aquele que conhecera em Paris, abandonando, pois, os planos de lucrar com a exploração dos elementos de sua terra, desafia-o a reassumir e levar a efeito os planos econômicos que traçara para aquele lugar. Como argumento de autoridade, Zé Fernandes recorre a passagem do livro de Gênesis, interpretando-a conforme o interesse capitalista:

- Meu filho, olha que eu não passo de um pequeno proprietário. Para mim não se trata de saber se a terra é *linda*, mas se a terra é *boa*. Olha o que diz a Bíblia! “Trabalharás a quinta com o suor do teu rosto!” E não diz “contemplarás a quinta com o enlevo da tua imaginação!”.

- Pudera! – exclamava o meu Príncipe. – Um livro escrito por judeus, por ásperos semitas, sempre com o turvo olho posto no lucro! (QUEIRÓS, 2006, p. 142).

Piñeyro (2006) aponta que a compreensão de que a natureza deve ser subjugada ao homem também advém de uma noção mítica, fundamentada na cultura judaico-cristã, que, interpretada às conveniências capitalistas, dispõe que ao homem cabe explorar economicamente os recursos naturais da terra. O livro de Gênesis nos fornece a pista para compreender tal leitura, especialmente no versículo 28 de seu capítulo primeiro: “E Deus os abençoou, e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo o animal que rasteja sobre a terra”. (BÍBLIA Sagrada. Gênesis, cap. 1, vers. 28). A forma verbal “sujeitai” indica uma submissão pela força; trata-se, pois, de uma relação de dominação por meio da qual o homem exerce a autoridade concedida por Deus. De acordo com Piñeyro (2006, p. 7), pela perspectiva judaico-cristã, “el hombre, hecho a imagen y semejanza del creador, tiene el derecho de dominar el mundo. La relación con el ambiente se traduce en enfrentamiento”<sup>6</sup>.

Por outro lado, Mincato (2009) questiona a interpretação contemporânea acerca do versículo 28 do capítulo primeiro de Gênesis, particularmente em relação às formas verbais “sujeitai” e “dominai”. O teólogo reconhece que o texto bíblico dispõe uma hierarquia na qual os homens exercem a autoridade. Contudo, segundo Mincato (2009), a condição de dominador não confere ao homem a prerrogativa de devastar o seu próprio meio, pois “Separado da comunidade de vida maior os seres humanos não podem viver” (2009, p. 367). Para fundamentar seu argumento, o teólogo recorre ao versículo 31 do capítulo 1 de Gênesis: “Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom. Houve tarde e manhã, o sexto dia”. De acordo com Mincato (2006), a oração “e eis que era muito bom” traz consigo um sentido de totalidade; ou seja, não se trata somente da criação do homem, mas também da criação do seu meio, do qual aquele depende para viver. Desse modo, as agressões do homem contra a natureza e, por conseguinte, contra as águas, alterando-lhes o estado original, como a princípio Jacinto e Zé Fernandes cogitaram, tendem a trazer prejuízos ao próprio homem, que, como o Jacinto cidadão revela, deixará de contar com uma água propícia ao consumo. Além disso, ao alterar as paisagens naturais, o homem perde também o bem-

---

<sup>6</sup> O homem, feito à imagem e semelhança do criador, tem o direito de dominar o mundo. A relação com o meio ambiente se traduz em confronto. (Tradução minha).

estar que estas lhes proporcionariam ao apreendê-las pelos sentidos. Por isso, revela-se emblemática a passagem em que Jacinto, ante a proposição capitalista de Zé Fernandes, minimiza os possíveis ganhos financeiros a serem gerados a partir da exploração econômica da paisagem de Tormes.

Superado seu devaneio progressista, Jacinto confere pouco valor ao dinheiro que as alterações cogitadas na paisagem de Tormes lhe renderiam, e justifica essa depreciação do capital com o bem-estar psíquico que as paisagens de Tormes, conforme são há séculos, lhe proporcionariam. Assim, expõe o seguinte argumento a Zé Fernandes: “Repara, homem, naquele bocadinho de vale, e consegue não pensar, por um momento, nos trinta mil-réis que ele rende! Verás que pela sua beleza e graça ele te dá mais contentamento à alma que os trinta mil-réis ao corpo. E na vida só a alma importa.” (QUEIRÓS, 2006, p. 142).

É deveras significativo que a vista do Douro é a segunda menção positiva que Jacinto faz em relação à paisagem portuguesa. A primeira diz respeito ao cheiro que é exalado dessa paisagem, o qual Jacinto percebe ainda no trem que o levará à estação de Tormes. Desse modo, em se tratando do sentido da visão, a imagem do Douro precede todas as demais que lhe impressionarão de forma positiva e lhe proporcionarão bem-estar. Quanto ao cheiro exalado da paisagem, ainda que envolva de forma positiva o protagonista, não demove o aborrecimento advindo dos contratemplos da viagem. Assim, em tom exaltado, lista alguns de seus infortúnios: “- E nem uma camisa, nem uma escova, nem uma gota de água-de-colônia!... entro em Portugal, imundo!” (QUEIRÓS, 2006, p. 101). Não obstante a queixa, há nela, ainda que implícito, o reconhecimento de que estava a chegar a um lugar que lhe exigia aprumo com sua imagem pessoal; ou seja, sua situação de desleixo não condizia com as belezas que o agradável odor da paisagem lhe predizia. Era necessário, pois, apuro consigo mesmo para fazer jus àquele Portugal que se anunciava.

Para dissuadir Jacinto de seu mau humor, Zé Fernandes, além de explicar-lhe que o trem fará uma parada na Régua, onde há a possibilidade de reaver sua bagagem, aponta-lhe, em tom imperativo, o Douro: “- Na Régua há uma demora, temos tempo de chamar o Grilo, reaver os nossos confortos... Olha para o rio!” (QUEIRÓS, 2006, p. 101).

A visão do Douro não se faz de forma apartada dos demais elementos da paisagem. Como não se trata da apreensão visual de um mapa, o narrador, gradativamente, nos oferece os elementos que circundam o Douro, bem como aspectos do próprio rio. Ao fim da visão panorâmica, temos um conjunto coeso de informações visuais, predicado básico para a compreensão da paisagem.

Rolávamos na vertente de uma serra, sobre penhascos que desabavam até largos socalcos cultivados de vinhedo. Embaixo, numa esplanada, branquejava uma

casa nobre, de opulento repouso, com a capelinha muito caiada entre um laranjal maduro. Pelo rio, onde a água turva e tarda nem se quebrava contra as rochas, descia, com a vela cheia, um barco carregado de pipas. Para além, outros socalcos, dum verde pálido de resedá, com oliveiras apoucadas pela amplidão dos montes, subiam até outras penedias que se embebiam, todas brancas e assoalhadas, na fina abundância do azul. Jacinto acariciava os pelos corredios do bigode:  
- O Douro, hem?... É interessante, tem grandeza. (QUEIRÓS, 2006, p. 101).

Essa visão do Douro serena o ânimo e dissipa a resistência de Jacinto àquela terra, e a ceia que recebera da companhia ferroviária revelou-se bastante apetecível. A reação do personagem à refeição, após admirar o Douro, contrasta, pois, com seu sentimento quando ele chegara a Irun, na Espanha, onde recebera a mesma ceia de D. Esteban Castilho, um dos diretores da companhia ferroviária. Embora não a consumisse naquela oportunidade, Zé Fernandes de pronto se revelou afeito ao cheiro da comida, o que o levou a interpelar Jacinto sobre seu apetite: “- Tens fome, Jacinto? - Não. Tenho horror, furor, rancor!... e tenho sono. Com efeito! depois de tão desencontradas emoções só apetecíamos as camas que esperavam, macias e abertas.” (QUEIRÓS, 2006, p.100). Por outro lado, ao ver o Douro, Jacinto declara fome, consome da refeição que rejeitara em outra ocasião e, mais que isso,

Durante o presunto, Jacinto lamentou contritamente o seu erro. Ter deixado Tormes, um solar histórico, assim abandonado e vazio! Que delícia, pôr aquela manhã tão lustrosa e tépida, subir à serra, encontrar a sua casa bem apetrechada, bem civilizada... (QUEIRÓS, 2006, p.101).

Há, portanto, uma conexão entre os elementos que envolvem Jacinto na atmosfera serrana, e essa conexão se principia pela vista do Douro. Por conseguinte, a refeição servida pela companhia ferroviária, a paisagem de uma “manhã lustrosa e tépida” e, por culminância, a idealização do lugar de destino, a casa-símbolo de sua família, se somam à experiência visual do Douro, corroborando a integração de Jacinto com aquele Portugal que estava a descobrir.

Desse modo, compreende-se que o estudo das paisagens e dos lugares n’*A cidade e as serras* requer compreensão do elemento água como parte essencial dos lugares, das paisagens e vital ao homem. Para tanto, reconhecemos que a qualidade da água está diretamente relacionada ao lugar. Quanto menor o valor atribuído à natureza em dado lugar, mais comprometida será a qualidade da água; por isso, a valorização da água por meio de percepções que não impliquem necessariamente o seu consumo revela-se significativa para a sua preservação. Assim, o que demove Jacinto de seu intento de modificar as paisagens da serra é justamente o valor que confere àquilo que se lhe apresenta aos olhos. Para ele, o dinheiro que poderia advir da exploração comercial de sua terra não lhe compensa a perda do prazer que a experiência da paisagem – a qual conta com regatos e rio – lhe proporciona. Vale destacar que, quando Zé Fernandes calcula o valor dos queijos que

seriam produzidos nas terras de Jacinto, considera “os encantamentos de água” da serra; ou seja, a água passaria a ser compreendida como um negócio. Orientação semelhante Zé Fernandes expõe ao sugerir a transposição das águas para o prado onde Jacinto idealizara a criação de vacas inglesas. Também nesse caso as águas se prestariam a uma exploração comercial, não diferindo, pois, do que já ocorria nas grandes cidades, ainda que nestas com uma finalidade diversa.

Em Paris, além de não contar com os benefícios visuais e sonoros da água, Jacinto não dispõe sequer de sua qualidade para consumo, já que ela lhe chega pelos canos contaminada. Para contornar essa questão, recorre ao líquido submetido a processos químicos que o purifiquem; contudo, esses mesmos processos tornam a água pouco apetecível a Jacinto, que, inclusive, sente sede, mesmo contando com garrafas de águas modificadas quimicamente.

Vê-se, pois, que a modernidade e o progresso da Paris onde vivera Jacinto não se associaram à qualidade desse elemento imprescindível à vida. Infere-se que a preocupação com o acúmulo de recursos advindos do progresso material e a preocupação com a comercialização desses recursos destituíram o sujeito de uma reflexão acerca da abrangência do valor da água, tanto em seu sentido pragmático, correspondente ao seu consumo, quanto em seu sentido mítico, correspondente à confiança em seus benefícios emocionais, seja por meio da visão, seja por meio da audição.

A obra *A cidade e as serras*, portanto, revela-se bastante atual, mesmo decorridos mais de cem anos de sua publicação. Afinal, a industrialização e o consumo no mundo contemporâneo implicam prejuízos à natureza e, por conseguinte, às águas. Desse modo, uma leitura geoliterária de *A cidade e as serras* contribui para fazer jus à qualidade e ao caráter perene dessa obra.

## Referências

ARIAS, Diana A. B.; MARANDOLA Jr. Eduardo. Presença-ausência da água na cidade: narrativas hidropoéticas no habitar urbano contemporâneo. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 98-113, 2018.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BÍBLIA Sagrada. *Gênesis*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRUNI, José Carlos. A água e a vida. *Tempo social*, Revista. Sociol. USP, São Paulo, 5, p. 53-65, 1993.

- COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Trad. Ida Alves. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.
- ELGEBALY, Maged Talaat M. A. Travessias de Eça de Queiroz entre a inauguração do Canal de Suez e o começo literário. *Revista Anthesis*, v. 8, n. 15, p. 1-19, 2020.
- FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- MINCATO, Ramiro. A questão do “subjugai a terra” em GN 1,28. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 366-377, set./dez. 2009.
- MÓNICA, Maria F. *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PIÑEYRO, Nidia. Agua y semiótica. *Polis*, 14, 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/polis/5116>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- QUEIRÓS, Eça. *A cidade e as serras*. Belo Horizonte: Garnier, 2006.
- QUEIRÓS, Eça. *Os Maias: episódios da vida romântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- QUEIRÓS, Eça. *Cartas familiares e bilhetes de Paris*. São Paulo: LL Library, 2015.
- QUEIRÓS, Eça. *O Egito*. [S.l.]: Edições Vercial, [20..?].
- SCHWALBACH, Luís. *Alguns elementos geográficos na obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Portugalia, 1945.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

Recebido em: 22/3/2022

Aprovado em: 20/5/2022